

# Técnico gaúcho defende execução do PDU

AJ 23010

“Considerado o Plano Diretor Urbano (PDU) um instrumento extremamente importante e necessário para qualquer metrópole, principalmente quando se trata da ordenação e ocupação do solo urbano”. A afirmação foi feita, ontem, pelo secretário de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre, Lotário Lourenço Skolaude, que hoje estará participando de um simpósio promovido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil (Sindicon), no auditório do Vitória Palace Hotel.

Junto com Lotário Lourenço, estará o arquiteto e assessor da Secretaria de Planejamento da Prefeitura de Porto Alegre, Moacir Moogem Marques. O simpósio, que começa às 9 horas e irá até as 16 horas, tem por objetivo fornecer maiores subsídios às autoridades e técnicos capixabas que estão participando da elaboração do PDU de Vitória. Outra finalidade do encontro é a dos palestrantes mostrarem a sua experiência na implantação do plano na capital gaúcha.

O secretário gaúcho falará sobre sua participação e experiência na implantação do PDU em Porto Alegre, mas já deixou claro, ontem, que não se referirá ao plano de Vitória. “Não posso falar de uma coisa que não conheço. Não vou me referir, nem interferir, na questão daqui. Apenas relatarei minha experiência”.

Segundo Lotário Lourenço, o PDU de Porto Alegre foi encaminhado à Câmara Municipal em 1978 e aprovado nove meses depois. “Lá, a Câmara propiciou uma ampla discussão em torno do assunto, envolvendo técnicos, autoridades e entidades comunitárias, o que acabou sendo benéfico para o PDU. O Legislativo teve uma atuação importante no aperfeiçoamento da lei”. Segundo o secretário de Planejamento, vários pontos do plano de Porto Alegre são dependentes de leis.

“Por exemplo, para áreas que chamamos de especiais, o gabarito não foi definido. Neste caso, o projeto é analisado, in-



Lotário Skolaude participa hoje do simpósio sobre o PDU

clusive, pelo Legislativo, que aprova ou não o projeto, como fora proposto. Isto permite que o Executivo fique livre de pressões. A responsabilidade é dividida entre o Legislativo e o Executivo”, explicou Lourenço.

Mas o secretário lembrou, também, que não foram poucos os conflitos até a aprovação do PDU de Porto Alegre. “Um deles foi a questão das áreas onde os gabaritos não foram definidos, e

ainda a rapidez ou demora na aprovação dos projetos especiais. Mas, atualmente, a situação melhorou muito”.

Lotário Lourenço disse também que, quando se trata de assuntos ligados a equipamentos públicos ou comunitários, com exceção ao que se refere a edificações ou moradias, a comunidade, através dos seus movimentos de moradores, é sempre consultada. “As associações de moradores,

inclusive, têm participação no conselho do Plano Diretor Urbano, o que é muito importante”.

Referindo-se novamente à fase de implantação do PDU, o secretário informou que, no início, a Prefeitura de Porto Alegre e os empresários do setor imobiliário e da construção civil tiveram divergências. “Mas, aos poucos, procurou-se conciliar as posições e, hoje, os empresários apóiam o PDU e a prefeitura, por sua vez, corrigiu alguns pontos, que constavam na proposta original do plano”.

A respeito da situação e dos problemas atuais Lotário Lourenço, disse que o que mais está se avolumando em Porto Alegre é a ocupação de áreas para subabitação. “Isso já atinge 18% da população de Porto Alegre, ou seja, 200 mil habitantes. As solicitações e pressões são no sentido de regularizar estes núcleos da subabitação. O PDU está se adaptando a isso, mas não encontrando soluções em áreas alagáveis, encostas íngremes ou topos de morros”.

TÉCNICO defende a execução do PDU. A Gazeta,  
Vitória, 20 maio 1983. p. 6. 1. cad.  
C. 1, 2, 3, 4 e 5.